



Processos de coesão textual em texto dissertativo do vestibular Indígena/Unioeste

Textual cohesion processes in dissertative text of the Indigenous entrance exam/Unioeste

Procesos de cohesión textual en texto disertativo del examen de ingreso Indígena/Unioeste

Processi di coesione testuale nel testo dissertativo del vestibolare Indigeno/Unioeste

Maria Marlene Marcon Bósio¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Anelí Divina Fungueto²

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Aparecida Feola Sella³

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise linguística sobre o processo de textualização e a ocorrência de processos de argumentação em texto dissertativo-argumentativo do vestibular indígena/2015, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Para isso, buscaram-se esclarecimentos a respeito dos aspectos semânticos que envolvem a coesão e o seu papel na constituição dos argumentos utilizados para a defesa do tema. São mecanismos cruciais para a argumentação, tais como operadores argumentativos, modalizadores e diversos sinais marcados por instruções linguísticas reveladoras do contexto específico do produtor. Estes são ilustrados à medida que aparecem em uma redação produzida por um vestibulando indígena, versando sobre o tema *a demarcação de terras indígenas no Brasil*. O quadro teórico da Linguística Textual, constante neste trabalho, mostra que os mecanismos linguísticos constituem a textura do texto e garantem a ele uma unidade de sentido a partir de retomadas, articulações e instaurações de elementos lexicais, denominados operadores modais. Nas reflexões empreendidas, observa-se que estratégias de coesão são indispensáveis, não só para manter a progressão textual, mas também para viabilizar os meios pelos quais são manifestadas as expressões de adesão ao tema pelo produtor do texto. A presença de tais mecanismos linguísticos apontou a relevância do processo coesivo para a elaboração textual, sugerindo que o referido texto analisado fez cumprir, em boa parte, a função argumentativa relacionada ao domínio da coesão textual.

Palavras-chave: Vestibular indígena. Texto dissertativo; Coesão textual.

¹ Doutoranda em Letras: Linguagem e Sociedade (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste). <https://orcid.org/0000-0002-3483-4543>. Email: profmariamarlene@gmail.com.

² Doutoranda em Letras: Linguagem e Sociedade (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste) <https://orcid.org/0000-0001-6634-0428>. Email: fungueto.aneli@gmail.com.

³ Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). <https://orcid.org/0000-0002-0563-7815>. Email: afsella1@yahoo.com.br.



ABSTRACT

This article presents a linguistic analysis of the textualization process, through the occurrence of argumentation processes in an essay-argumentative text of the indigenous entrance exam / 2015, from the State University of Western Paraná - Unioeste. Concepts of textual linguistics are used in order to understand what is behind the different meanings attributed by the producer to the text, which includes clarifications regarding the semantic aspects that involve cohesion and its role in the constitution of the arguments used to defend the theme. They are crucial mechanisms for argumentation, such as argumentative operators, modalizers and various signs marked by linguistic instructions that reveal the specific context of the producer. These are illustrated as they appear in an essay produced by an indigenous candidate, dealing with the theme of the demarcation of indigenous lands in Brazil. The theoretical framework of Textual Linguistics, contained in this work, shows that the linguistic mechanisms constitute the texture of the text and guarantee a unity of meaning from resumes, articulations and installations of lexical elements, called modal operators. In the reflections undertaken, it is observed that cohesion strategies are indispensable, not only to maintain the textual progression, but also to enable the means by which expressions of adherence to the theme are manifested by the text producer. The presence of such linguistic mechanisms pointed out the relevance of the cohesive process for the textual elaboration, suggesting that the analyzed text made, in good part, fulfill the argumentative function related to the domain of textual cohesion.

Keywords: Indigenous entrance exam; Dissertative text; Textual cohesion.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis lingüístico del proceso de textualización, a través de la ocurrencia de procesos de argumentación en un texto ensayo-argumentativo del examen de ingreso indígena / 2015, de la Universidad Estatal del Paraná Occidental - Unioeste. Se utilizan conceptos de lingüística textual para comprender qué hay detrás de los distintos significados que el productor atribuye al texto, lo que incluye aclaraciones sobre los aspectos semánticos que implican la cohesión y su papel en la constitución de los argumentos utilizados para defender el tema. Son mecanismos cruciales para la argumentación, como operadores argumentativos, modalizadores y diversos signos marcados por instrucciones lingüísticas que revelan el contexto específico del productor. Estos se ilustran como aparecen en un ensayo elaborado por un candidato indígena, que trata el tema de la demarcación de tierras indígenas en Brasil. El marco teórico de la Lingüística Textual, contenido en este trabajo, muestra que los mecanismos lingüísticos constituyen la textura del texto y garantizan una unidad de significado a partir de resúmenes, articulaciones e instalaciones de elementos léxicos, denominados operadores modales. En las reflexiones realizadas, se observa que las estrategias de cohesión son indispensables, no solo para mantener la progresión textual, sino también para habilitar los medios por los cuales las expresiones de adhesión al tema se manifiestan por parte del productor del texto. La presencia de tales mecanismos lingüísticos señaló la relevancia del proceso cohesivo para la elaboración textual, sugiriendo que el texto analizado cumplió, en buena parte, la función argumentativa relacionada con el dominio de la cohesión textual.

Palabras clave: Examen de ingreso indígena; Texto de disertación; Cohesión textual.

ASTRATTO

Questo articolo presenta un'analisi linguistica del processo di testualizzazione, attraverso il verificarsi di processi di argomentazione in un testo saggio-argomentativo dell'esame di ammissione indigena / 2015, dell'Università statale del Paraná occidentale - Unioeste. I concetti di linguistica testuale sono utilizzati per comprendere cosa c'è dietro i diversi significati attribuiti dal produttore al testo, che include chiarimenti sugli aspetti semantici che coinvolgono la coesione e il suo ruolo nella costituzione degli argomenti utilizzati per difendere il tema. Sono meccanismi cruciali per l'argomentazione, come operatori argomentativi, modalizzatori e vari segni contrassegnati da istruzioni linguistiche che rivelano il contesto specifico del produttore. Questi sono illustrati come appaiono in un saggio prodotto da un candidato indigeno, che tratta il tema della demarcazione delle terre indigene in Brasile. Il quadro teorico della linguistica testuale, contenuto in questo lavoro, mostra che i meccanismi linguistici costituiscono la trama del testo e garantiscono un'unità di significato da curriculum, articolazioni e installazioni di elementi lessicali, chiamati operatori modali. Nelle riflessioni intraprese, si osserva che le strategie di coesione sono indispensabili, non solo per mantenere la progressione testuale, ma anche per abilitare i mezzi attraverso i quali le espressioni di adesione al tema vengono manifestate dal produttore del testo. La presenza di tali meccanismi linguistici ha evidenziato la rilevanza del processo coesivo

per l'elaborazione testuale, suggerendo che il testo analizzato realizzato, in buona parte, adempia alla funzione argomentativa relativa al dominio della coesione testuale.

Parole chiave: Exame di ammissione indigeni; Texto dissertativo; Coesione testuale.

Introdução

A análise completa dos processos argumentativos em um texto exige que sejam acionadas teorias diferentes, principalmente quando se pensa nos conceitos de coesão e coerência textuais. Notadamente, desde a publicação proposta por Koch (1989; 1990), dois eixos são seguidos no país: um diz respeito ao fluxo sequencial do texto; e outro ao processo de retomadas em retrospecto e prospecção.

Os elementos linguísticos que contribuem para a argumentação, portanto, situam-se em direções distintas no interior do texto, uma vez que estão relacionados a padrões específicos, ora por indicarem pontos de vista, ora por indicarem modos de repassar pontos de vista. Em ambos os casos, sempre é possível avaliar de que lugar fala o produtor do texto e seu perfil social. Conforme Guimarães, “a questão do texto é uma questão semântica” (2011, p. 09), o que inclui, não só uma descrição da organização do texto, mas também uma descrição dos sentidos. Certas relações semânticas e/ou pragmáticas incluem retomadas da relação entre texto e contexto e evidenciam a importância da cognição social para a produção textual.

Na redação de vestibular selecionada, o processo de produção textual ancora-se na relação entre a coesão como uma estratégia textual-discursiva para a produção de sentidos e o sentimento do produtor do texto com relação ao tema da prova de redação, vinculado mais diretamente com a vivência indígena. Essa afirmação pode ser medida por meio de elementos linguísticos que balizam a coesão nesse sentido.

Essa visão possibilita a abordagem dos modalizadores como elementos que indicam o grau de engajamento do produtor do texto com seus pontos de vista expressos. Também possibilita um olhar sobre os orientadores argumentativos e seus encadeamentos que assegurem de forma mais viável adesão do leitor.



Sendo assim, grau de engajamento, orientação argumentativa e construção de objetos de discurso podem representar, quando se pensa em um projeto voltado para o ensino da língua portuguesa, tanto o lugar de que fala o aluno, quanto o progresso obtido mediante determinada metodologia de ensino. Essa última perspectiva foi adotada na fase final das análises das redações dos vestibulandos indígenas; por isso, este trabalho representa uma contribuição para estudos relativos ao perfil dos candidatos indígenas ao vestibular de universidades públicas do Estado do Paraná.

1. Coesão Textual: muito mais do que uma soma de elementos conectores

Durante a evolução da linguística textual, muitas propostas foram apresentadas por diferentes autores e com diferentes enfoques, até se chegar à concepção de coesão e de seus mecanismos, tal qual conhecemos na literatura corrente. Autores como Fávero (2002) e Fávero e Koch (1983, 1985) foram precursores do desenvolvimento de pesquisas sobre os diversos tipos de mecanismos coesivos no Brasil.

A importância da coesão textual cresce com a intensificação de pesquisas, que, desde a década de 1990, preconizam o propósito de dizer do produtor do texto. Assim, “texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é sim, de ordem qualitativa” (KOCH, 2007, p. 11). Concebendo que os elementos da coesão são a manifestação linguística da coerência, construída por meio de mecanismos gramaticais, lexicais e semânticos, podemos entender, com efeito, que um texto não pode ser considerado como bem construído apenas por possuir elementos de coesão, pois ele deve apresentar sentido, permitindo a interação entre produtor e leitor: certas palavras ou expressões, indicam mais diretamente qual o ponto de vista do produtor do texto.

Os estudos de Ducrot (1987) ilustram e fundamentam a ideia de que os mecanismos linguísticos que agem como operadores argumentativos estão presentes na gramática de cada língua, classificados em classes argumentativas diversas, como conjunções, advérbios, locuções conjuntivas e conectivos, ou ainda podem não ser incluídos em nenhuma das classes

gramaticais, ou seja, podem ser classificados à parte, como palavras denotadoras de inclusão, de exclusão, de retificação, dentre outras.

De acordo com Guimarães (2007), muitos dos estudos de semântica no Brasil têm considerado os conceitos de classe e escala argumentativa, uma vez que, ao se descrever semanticamente um enunciado, deve-se levar em conta a noção de orientação argumentativa que está marcada, como uma regularidade enunciativa, no texto. Assim, orientar o aspecto argumentativo é apresentar A como sendo o que se considera fazer o interlocutor concluir C. O que leva à conclusão é o próprio A. Dessa forma, o conteúdo de A é dado como razão para se crer em C. Um exemplo seria “Ela é pobre, mas escreve bem” (SELLA, 2006), em que a conotação negativa em “ser pobre” pode levar, por exemplo, à não contratação: no entanto, a conexão acionada pelo “mas” estabelece em “escrever bem” avaliação positiva, que prevalece, o que pode levar à suposta “contratação”: “Ela é pobre, mas escreve bem, por isso vamos contratá-la”.

Muitos estudos pautados nesses autores têm demonstrado que as conjunções rendem uma avaliação dos objetivos do produtor do texto. Inclusive, por meio de conceitos que são triviais ao discurso tradicional. Por exemplo, qual explicação gramáticos tradicionais dariam para as conjunções “nem (e não)”, “não só...mas também”, “tanto...como”, uma vez que essas conjunções em particular nem figuram na lista de todos os gramáticos e raramente figuram como exemplo de coordenativas aditivas em livros didáticos?

O uso do “mas” não apenas relaciona as sequências dos enunciados, mas também altera a sua orientação argumentativa, projeta o significado de maneira a tornar mais forte o argumento em que se insere.

Desta forma, o leitor do texto adere às ideias defendidas, e essa refutação colabora para a sustentação dos argumentos encadeados, direcionando a argumentação. Não há como negar que o uso desses operadores sejam estratégias argumentativas, reveladoras, inclusive, das ideologias presentes nos textos. Responsáveis pelo encadeamento dos enunciados “estruturando-os em textos e determinando a sua orientação discursiva” (KOCH, 2012, p. 33), os operadores argumentativos agem de acordo com as funções (relações semânticas) que



desempenham. No exemplo anterior, o produtor manifesta-se favorável a “ela”, o que deve ser concluído a partir do uso do “mas”.

Contudo, o processo da argumentação pode requerer do produtor do texto um conjunto de ocorrências que conduzem à credibilidade dos pontos de vista assumidos. Encontram-se em Sella (2007, p.171) considerações que alertam quanto a tal cuidado:

No caso de texto com teor opinativo, cuja construção dá-se com evidente apelo a um determinado ponto de vista, a condução do assunto tem suas consequências. Não se deve perder de vista que o percurso textual pode, também, revelar intenções discursivas. Portanto, o elenco temático, afinado com questões geralmente polêmicas, pode demandar certo cuidado com o arranjo dos argumentos. Quando se pensa no uso do mas, percebe-se que operar argumentativamente sugere demarcação na tessitura textual: além do valor adversativo, funções outras são acionadas, e variam desde um movimento polifônico até o trajeto do planejamento textual e elaboração de contra-argumentos.

Além de ser já comprovado em vários trabalhos de pesquisa que as conjunções orientam os argumentos do texto, também tem sido provado que palavras ou expressões que movimentam o grau de engajamento ou de comprometimento do produtor do texto com o texto em si e mesmo com o leitor servem de parâmetro para avaliar a postura do produtor do texto. Segundo Castilho e Castilho (1986), esses mecanismos linguísticos, reconhecidos como modalizadores linguísticos, são elementos gramaticais ou lexicais, que servem ao autor para que manifeste determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Dentre as modalizações linguísticas mais recorrentes, temos as modalizações deônticas, que expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores, como “é preciso”, “faz-se necessário”; e as modalizações Epistêmicas, que expressam o grau de engajamento do produtor com o seu texto, o que pode ser sinalizado por “talvez”, “provavelmente”, “com certeza”.

Conforme Koch (1996, p. 138):

Consideram-se modalizadores todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso. Estes elementos caracterizam os tipos de ato de fala que deseja desempenhar, revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de

continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso.

As modalizações são, portanto, as avaliações formuladas sobre alguns aspectos do conteúdo temático e contribuem para o estabelecimento de sua coerência pragmática ou interativa e para orientar o destinatário na interpretação de seu conteúdo temático. Para Castilho e Castilho (1986), as modalidades seriam representadas por tempos do verbo no futuro do pretérito, auxiliares de modalizações (poder, querer, ser necessário, ser preciso, dever etc.), subconjunto de advérbios (certamente, sem dúvida, talvez etc.), certas frases impessoais (é evidente que..., é possível que...). Corbari (2008) apresenta alguns exemplos: “É certo que a guerra terminará em breve”; “É possível/provável que a guerra termine em breve”; “É necessário que a guerra termine em breve”; “É obrigatório o término da guerra em breve”.

A modalização epistêmica pode ocorrer de deduções que surgem em função do conhecimento do falante e do contexto de produção. Situa-se entre o domínio do absolutamente certo e do possível. As modalizações deônticas referem-se ao eixo da conduta, isto é, à linguagem das normas, àquilo que se “deve” fazer.

Castilho e Castilho (1993, p. 207) orientam que a modalização deôntica “indica que o falante considera o conteúdo de P como um estado de coisas que deve, que precisa ocorrer obrigatoriamente”. O enunciado “Você deve ficar em casa.” contém a diretriz de ordem ou de conselho; em ambos os casos, o locutor espera uma determinada reação do interlocutor. Contudo, há verbos ou expressões que, mesmo indicadores de obrigação - pode, deve, é preciso, é necessário – não pertencem ao plano deôntico. Um enunciado como “Amanhã deve chover” é revelador de hipótese. Há uma diferença entre “fique atento”, “é preciso que fique atento” e “Você deve ficar atento”. O primeiro enunciado imprime um sentido mais evidentemente marcado no plano da obrigação, se comparado com os outros. Quer dizer: pode ser que o modo verbal imprima de forma mais evidente a noção de obrigação com relação a uma marca específica, como o verbo “dever”, por exemplo. Por outro lado, no enunciado “você poderia prestar atenção”, se comparado com “você poderia prestar atenção um instante”, parece ocorrer um teor mais marcadamente deôntico, enquanto o segundo poderia ser realmente uma forma de negociar o atendimento, o que não sugere deonticidade.



O funcionamento argumentativo aparece, por meio do eixo do crer, no qual o indivíduo produz um enunciado livre de obrigações, despreocupado com o cumprimento do que diz, pois não há uma promessa, um comprometimento com alguém que poderá lhe indagar e exigir o cumprimento das palavras. O discurso produzido é carregado de um conteúdo semântico, que deve ser bem elaborado, a fim de que o produtor do texto evite interpretações inadequadas e pejorativas, como ocorre em “Você deve ficar atento”.

Contudo, mesmo sendo bem produzido, um texto não exclui a possibilidade de mais de uma interpretação por parte do leitor, que pode fazer inferências e encontrar subentendidos. No momento em que alguém assume um compromisso (promete), é o produtor que se vê diante da alternativa de cumprir o que disse; caso contrário, poderá ser desvalorizado. As modalidades crer e saber, conforme Koch (1996), correspondem aos articuladores textuais meta-enunciativos, ou seja, àqueles que remetem ao próprio ato da enunciação e, dentro dessa classificação, aos modalizadores epistêmicos e deônticos da linguagem.

Segundo Koch (1996, p.121), o eixo epistêmico refere-se à “crença, reportando-se ao conhecimento que temos de um estado de coisas”, enquanto o eixo deôntico refere-se à “conduta, isto é, à linguagem das normas àquilo que se deve fazer”. Assim, quando o produtor do texto faz uso de vocábulos e expressões como “creio”, “penso”, “possivelmente”, “é provável”, entre outros, não está afirmando sua forma de pensar ou agir, está apenas relatando, sem comprometer-se. Tal uso da modalização não confere clareza e consistência argumentativa ao texto, por não haver um posicionamento definido.

No entanto, quando o produtor de um texto faz uso dos modalizadores textuais pertencentes ao eixo do saber, tais como “é certo”, “necessariamente”, “não pode haver dúvidas”, “é dever de todos”, entre outros, está denotando alto grau de engajamento.

Para Corbari (2008, p. 57),

assume importante função na medida em que mobiliza recursos linguísticos que viabilizam a defesa de pontos de vista e moldam o texto em função de aceitabilidade dos receptores, visando a formação de opiniões que se alinhem à apresentada nos textos.

De forma ampla, “os modalizadores são responsáveis, portanto, por demarcar a relação que o produtor do texto estabelece com o conteúdo do enunciado que produz e com o seu interlocutor” (CORBARI, 2013, p.121).

Significa dizer que cada tipo de modalizador linguístico deixa entrever um efeito de sentido e expressa uma determinada intenção por parte do autor que pode, por exemplo, assumir inteiramente uma afirmação, ou não. Pode-se, também, fazer uso de modalizadores que demonstrem certeza, por meio da qual confere-se credibilidade, devido ao modo de fazer tal afirmação.

O texto do vestibulando indígena traz, devido ao contexto social, diversos sinais marcados por mecanismos linguísticos reveladores, por assim dizer, da vivência de seu povo e, alguns, específicos das experiências vivenciadas fora de seu ambiente cultural.

2. A produção textual no contexto do vestibular da Unioeste

A questão de redação do vestibular/2015 é composta por uma proposta de produção de texto dissertativo.

Orientação Geral

Você deve desenvolver a proposta de redação conforme as determinações solicitadas: tipo de texto, destinatário, linguagem mais apropriada, objetivo que deve ser alcançado. Os textos apresentados na proposta foram extraídos de fontes diversas e apresentam fatos, dados, opiniões e argumentos relacionados com o tema. Eles não apresentam necessariamente a opinião da Banca de Correção: são textos como aqueles que estão disponíveis na sua vida diária de leitor de jornais, revistas ou livros. Ao elaborar sua redação, consulte a coletânea e a utilize segundo as instruções da proposta. Atente, entretanto, para o fato de que não basta simplesmente copiar passagens ou partes de maneira aleatória. Elas só devem ser utilizadas de forma articulada à posição que você pretende defender. Você poderá se utilizar de outras informações e argumentos que julgar relevantes para o desenvolvimento de seu texto.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base nos textos abaixo e nos seus conhecimentos sobre o assunto, elabore um texto, apresentando sua opinião sobre A DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

1. A defesa dos territórios indígenas tem sido apontada como um importante meio de garantir a preservação do patrimônio biológico e do conhecimento milenar das populações indígenas. Para a Funai, a proteção das terras



indígenas é uma medida estratégica para o país porque, além de assegurar um direito dos índios, ainda garante a proteção da biodiversidade brasileira e do conhecimento que permite o seu uso racional (Extraído de <http://www.comciencia.br>).

2. Dentre os estados onde ocorreram e ainda ocorrem conflitos indígenas no Brasil, destacam-se Amazonas, Rondônia, Pará, Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e alguns estados da Região Nordeste. (Retirado de <http://www.comciencia.br>)

3. “Eu acho que não adianta você criar uma reserva e ao mesmo tempo gerar um problema social. Remover agricultores que há 80 ou 100 anos compraram suas propriedades de boa fé é uma injustiça muito grande. Eu não tenho nada contra os índios, mas tem que prevalecer o bom senso. Os índios hoje querem se integrar à sociedade brasileira e não viverem isolados em uma economia de subsistência, de caça e pesca, dando flechadas. Eles querem se socializar, querem estudar, fazer faculdade. Temos que respeitar os costumes deles, mas as reservas são uma questão delicada. Há muitos interesses por trás disso.” (Deputado Federal Celso Maldaner – PMDB. Jornal Expresso d’Oeste, dezembro/2008).

Procuramos mostrar como as escolhas lexicais e orientações semânticas norteiam a produção de sentidos relacionados a um projeto de dizer, de uma perspectiva sociocognitiva e interacional, em que não se leva em conta apenas os elementos linguísticos. Defendemos que esse processo pode auxiliar a elaborar uma produção escrita bem estruturada no que se refere à construção de um texto coeso e coerente. Para isso, selecionamos uma redação aleatoriamente.

Justificamos a escolha de redação de vestibular, por ser essa a etapa da educação em que o aluno já completou o período de escolarização básica. A expectativa é a de que, nesse momento, o candidato ao ensino superior seja proficiente tanto na escrita quanto na capacidade de desenvolver um texto adequado à proposta de produção, elaborada pela Unioeste, para o vestibular de 2015, cujo tema é “a demarcação das terras indígenas”. A proposta é composta de algumas orientações quanto à forma de desenvolver o texto solicitado, aos procedimentos necessários e aos critérios de avaliação. O texto de referência consiste num artigo de opinião, escrito pelo jornalista Eugênio Bucci, que circula em seu blog “A Varanda”, intitulado “Cyber anonimato”. O texto foi adaptado para a proposta desse exame de vestibular.

3. Metodologia da análise

O *corpus* sob análise é constituído por uma produção textual de um vestibulando indígena, e faz parte de um banco de dados de produções textuais coletadas no ano de 2015. Optamos por analisar, neste trabalho, apenas um texto para construir nosso recorte de análise.

Para fazer uso da redação como elemento ilustrativo dos conceitos teóricos explicitados neste trabalho, a presente análise segue os critérios da proposta de produção textual apresentada ao vestibulando indígena, a qual sugeria a tomada de posição sobre o tema. Faz-se uma reflexão sobre os mecanismos linguísticos utilizados pelo produtor, vistos como indicativos das intenções, sentimentos e atitudes e, decorrente destes, um olhar sobre a forma de abordagem para a manutenção do tema e a progressão textual, expressas por mecanismos linguísticos textuais, supondo o estabelecimento das relações necessárias à defesa da argumentação da tese.

O referido texto compõe-se de três parágrafos, os quais foram transcritos da forma original da autoria do vestibulando indígena, e analisados por partes, que apontaram o que eles indicam ao modo de argumentação, tanto no que diz respeito à opinião defendida pelo produtor quanto aos mecanismos linguísticos utilizados em face dos argumentos apresentados.

Considerando a questão proposta que exigia do vestibulando um texto dissertativo a respeito da “demarcação de terras indígenas”, lança-se um olhar sobre os mecanismos linguísticos utilizados em cada um dos três parágrafos, tendo como abordagem o tratamento dado aos operadores argumentativos, às relações de referenciação e modalização, construídas nas porções do texto, uma vez que “as unidades se arrumam segundo os interesses do falante ou segundo a própria mentalização do que se quer comunicar” (BORBA, 1984, p.182).

A partir do tema - demarcação de terras indígenas - o produtor intitulou o texto: “A divisão de terras entre indígenas”. O ponto de vista frente à demarcação de terras indígenas constitui, para o autor, um acontecimento positivo, apesar de muitos não-índios discordarem de tal ação. É desse lugar que ele defende a sua opinião.



A Divisão de terras entre indígenas

Há muito tempo vem acontecendo muita exploração nas terras indígenas, *e não é apenas* em algumas áreas. As demarcações de terras é muito bom, *porque* com isso o índio vai adquirir seu pedaço de terra para seu sustento e de sua família. Muitos não-índios não concordam com isso, “falam que se querem ter alguma coisa na vida eles tem que trabalhar muitos anos para conseguir”, *e* os índios ganham tudo de mão beijada. *Mas* só que eles não verem que é direito do índio.

As demarcações de terra na minha opinião é excelente para os indígenas, *porque* garante *não só* o sustento da família, *mas também* um futuro melhor para seus filhos, *porque* com o dinheiro dessas terras eles podem se pagar uma faculdade *apesar que* em alguns estados, pagam a metade e outros tudo, mas assim mesmo é necessário o dinheiro.

Em algumas aldeias *apesar* dessas demarcações *ainda* tem índios que tem mais terra do que outro, *mas* isso depende de cada um *se* quer ajudar outras pessoas também, *porque* todos tem que ser unidos *para que* não haja conflitos entre índios. *Apesar de* tudo isso existe os arrendamentos dentro das áreas indígenas, que *sempre* os índios saem perdendo *e* quem planta sai com o bolso cheio. *Porque* em algumas aldeias o cacique muitas vezes não vai atrás dos benefícios para a agricultura. Como por exemplo: insumos, máquinas agrícolas, tudo o que precisa na agricultura, *e* aí que chega os grangeros com sua proposta.

A presente análise segue os critérios extraídos da proposta de produção textual apresentada ao vestibulando indígena, centrada na estrutura formal do texto dissertativo. Decorrente deste, a abordagem e manutenção do tema e a progressão textual, expressas por mecanismos linguísticos textuais, que supõem o estabelecimento das relações lógicas necessárias à construção conceitual, constituíram-se no outro critério de análise.

A partir do tema - demarcação de terras indígenas - o produtor intitulou o texto: “A divisão de terras entre os indígenas”. O ponto de vista frente à demarcação de terras indígenas constitui, para o autor, um acontecimento positivo, apesar de muitos não-índios discordarem de tal ação. É desse lugar que ele defende a sua opinião.

(1) Há *muito* tempo vem acontecendo *muita* exploração nas terras indígenas, *e* não é *apenas* em algumas áreas. As demarcações de terras é muito bom, *porque* com isso o índio vai adquirir seu pedaço de terra para seu sustento e de sua família. *Muitos* não-índios não concordam com isso, “falam que se querem ter alguma coisa na vida eles tem que trabalhar *muitos* anos para conseguir” *e* os índios ganham tudo de mão beijada. *Mas* só que eles não verem que é direito do índio.

O parágrafo inicial, acima transcrito, sinaliza uma posição diante do tema, pois informa que há “muito” tempo, vem acontecendo “muita” exploração - não bastaria dizer que há exploração - quis o autor que, aos olhos do leitor a intensidade da exploração nas “terras” indígenas fosse realçada. Para isso, o produtor modalizou a intensidade para “muita exploração”; assim também para “muito tempo”, sugerindo um nível mais distante no tempo.

Além disso, o efeito do marcador temporal “muito tempo”, que orienta para a totalidade, tem um papel importante, pois, segundo Koch, (2015, p. 131), “Os marcadores temporais têm por função organizar o tempo, função desempenhada especialmente pelos advérbios de tempo, pelos tempos verbais, pelas orações temporais”. Direcionam para a organização temporal e para a distribuição do espaço no texto. Seu valor, além de marca temporal, é de abertura da ideia, deixando entrever que há uma progressão temporal, mas que o texto mantém a temática abordada.

A expressão pronominal “com isso” encapsula “demarcações de terras indígenas”, bem como denuncia a voz do enunciador, seu ponto de vista: “Com isso, o índio garante o seu sustento e de sua família.”

O operador “e” pontua a soma entre dois segmentos: o primeiro informa, por meio dos modalizadores “muito/muita”, respectivamente, sobre o tempo e a intensidade com que vem acontecendo a exploração nas terras indígenas. O segundo adverte que a ocupação em terras indígenas ocorre “e não é apenas em algumas áreas.” O sintagma “*apenas em algumas áreas*”, anteposto pelo advérbio de negação produz uma escala orientada para a quase totalidade; ou seja, para o argumento mais forte. Contudo, o autor não o revela; deixa pressuposta essa escala de que muitas áreas, senão todas, estariam sendo exploradas.

Na sequência, o operador que introduz uma contraposição ao enunciado anterior: “*mas só que eles não verem que é direito do índio*”. À primeira vista, a expressão “só” cumpre a função relativa à organização do próprio fluxo discursivo do texto, porém, como operador argumentativo, “só” indica restrição: os não-índios não concordam com a demarcação de terras, mas ignoram esse direito do índio.

(2) As demarcações de terra na *minha opinião* é excelente para os indigenas, porque garante *não só* o sustento da familia, *mas também* um futuro melhor para seus filhos, *porque* com o dinheiro dessas terras eles podem se pagar uma faculdade *apesar que*



em alguns estados, pagam a metade e outros tudo, *mas assim mesmo* é necessário o dinheiro.

Em (2), um discurso argumentativo é posto para justificar a opinião, por meio do modalizador atitudinal “na minha opinião” em favor da demarcação de terras. Seu uso pode ser considerado um simples reforço do ato de asserção “[...] uma convicção quanto ao julgamento que vai fazer” (KOCH, 2002, p. 192). Para justificar a opinião, o produtor do texto utiliza o operador “porque”, marcador discursivo que introduz a explicação considerada suficiente para garantir a coerência desta opinião: “*porque* garante não só o sustento da família, *mas também* um futuro melhor para seus filhos” O par de operadores “não somente/mas também” somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.

Significa dizer que o autor elegeu o argumento mais forte da escala – demarcações de terras são excelentes porque garantem o futuro dos filhos dos indígenas – uma vez que se sobrepõe ao argumento “porque garantem o sustento dos indígenas”.

O operador “apesar”, marcado pela estratégia de antecipação, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido será anulado; “*apesar que* em alguns estados pagam a metade e outros tudo” não é suficiente para mudar a conclusão, foi preciso se fazer acompanhar por um operador concessivo para convencer de que mesmo assim é necessário o dinheiro.

(3) Em *algumas* aldeias *apesar* dessas demarcações *ainda* tem índios que tem *mais* terra *do que* outro, mas isso depende de cada um *se* quer ajudar outras pessoas *também*, porque todos *tem que* ser unidos para que não haja conflitos entre índios. *Apesar* de tudo isso existe os arrendamentos dentro das áreas indígenas, que *sempre* os índios saem perdendo e quem planta sai com o bolso cheio. *Porque* em *algumas* aldeias o cacique *muitas vezes* não vai atrás dos benefícios para a agricultura. *Como* por exemplo insumos, máquinas agrícolas, tudo o que precisa. *Aí* que chega os grangeros com sua proposta.

No último parágrafo, transcrito em (3), o operador “apesar (de)” estabelece concessão entre a demarcação de terras e o fato de ainda haver índios com mais posse que outros. Com essa escolha linguística, o aluno-produtor confere ao recorte um parecer positivo em relação à demarcação de terras, e negativo em relação à desigualdade de posse dessas terras. O operador “apesar” aponta para a adversidade da expectativa permeada por um modalizador epistêmico: “*apesar que* uns *tem mais* terras *do que* outros”.

Ainda sobre o operador “apesar de”, agora seguido do modalizador “ainda” - pressupondo inclusão - permite ao sintagma aproximar uma nova informação ao momento

subsequente - a respeito das terras demarcadas para cada índio - em que se desencadeou a contraposição, pois mesmo demarcadas, as terras estão em maior quantidade nas mãos de “alguns”. À medida que o autor aponta para a ideia de que a demarcação de terras se sobrepõe ao fato de “ainda” haver os que têm mais terras do que outros, instaura-se a concessão, uma vez que “depende de cada um se quer ajudar outras pessoas também.” O modalizador de inclusão “também” permite aceitar melhor a concessão, porque deixa pressuposto que “alguns” (negação de muitos) foram ajudados e podem vir a ajudar outros, caso queiram fazê-lo.

Em “todos tem que ser unidos *para que* não haja conflito entre índios.”, o termo em destaque, que liga as duas orações, possibilita ao interlocutor um argumento de finalidade, ou seja, é possível perceber que todos têm de ser unidos para que não haja conflitos entre índios. O autor se coloca a favor da união de todos a fim de demonstrar a mesma opinião das pessoas que são contrárias aos conflitos entre os índios e, ao mesmo tempo é incisivo; faz, pois, uso do modalizador deôntico para convencer de que “todos *têm que* ser unidos”.

Em “*Aí* que chegam os grangeros com sua proposta.” verifica-se um marcador discursivo continuador, que operaria o amarramento de porções textuais (KOCH, 2016). Contudo, a organização sintático-semântica parece preenchida com fragmentos de reflexão, evocações desarticuladas ou uma digressão.

Em síntese, primeiro o autor passa informações de seu ponto de vista favorável à demarcação de terras indígenas, com um contraponto, uma vez que muitos não-índios são contrários à demarcação. Depois, mantém o ponto de vista, justificando que a demarcação garante não só o sustento, mas o futuro da família. Por fim, expõe mais duas concessões, apesar das demarcações: desigualdade de posses e arrendamentos.

Enfim, nos três parágrafos, verifica-se que o aluno-produtor do texto utiliza, principalmente, operadores argumentativos e modalizadores em quase todas as ocorrências, utiliza-os adequadamente. O uso desses mecanismos linguísticos permitiu, em parte, verificar o importante papel desempenhado por essas expressões na organização do texto e no grau de comprometimento do autor com relação aos argumentos defendidos.



Algumas considerações

A partir de um olhar sobre os pontos de vista e os modos de repassar pontos de vista no texto, concluímos que foi possível avaliar de que lugar fala o produtor do texto e seu perfil social. No entanto, ao deixar de esclarecer alguns conceitos - como “não-índio”, “demarcações”, “direito do índio” o produtor deixa entrever digressões, uma vez que produtor e leitor podem não partilhar os mesmos valores.

As autoras Sella, Roman e Busse (2007, p. 42), pesquisadoras sobre a produção de texto de alunos vestibulandos, no artigo intitulado “As redações dos nossos alunos apresentam teor argumentativo?”, analisaram recortes de textos de vestibulandos e comprovaram que “os candidatos ao vestibular dominam manobras discursivas. Porém, parece que há carência de leitura para que ocorra de fato o preenchimento das estruturas textuais”.

A reflexão sobre o texto escrito por um vestibulando indígena permitiu mostrar que esse aluno embora tenha articulado elementos coesivos para produzir uma argumentação sustentada, a falta de preenchimento dos conceitos acima mencionados sugere que uma maior familiaridade com a organização do texto argumentativo seja benéfica para o desenvolvimento das habilidades do estudante.

Referências bibliográficas

- BORBA, F. S. **Introdução aos estudos linguísticos**. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
- CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. Advérbios Modalizadores. *In*: ILARI, R. **Gramática do português falado**. Vol. 2. São Paulo: Unicamp, 1993.
- CORBARI, A. T. **Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par “é + adjetivo” em artigos de opinião publicados no jornal Observatório da Imprensa**. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2008.
- CORBARI, A. T. **Elementos modalizadores como estratégia de negociação em textos opinativos produzidos por alunos de Ensino Médio**. 220 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 2002.

GUIMARÃES, E. **Texto e Argumentação**: Um estudo das conjunções do Português. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, E. **Em torno de um nome próprio de cidade**. Sobre a Produção de uma origem. Cadernos de estudos linguísticos, 53 (2). Campinas/SP, DL, IEL, Unicamp, 2011.

KOCH, I. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, I. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

KOCH, I. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. **Inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, I. **O Texto e a Construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A Coerência Textual**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SELLA, A. F. (2006) Relações textuais geradas pelo operador argumentativo mas em textos de teor opinativo. **Revista Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 28, n. 2, p. 167-172, 2006.

SELLA, A. F.; ROMAN, E. C; BUSSE, S. As redações de nossos alunos apresentam teor argumentativo? *In*: SELLA, A. F.; ROMAN, E. C.; BUSSE S. (org.) **Roteiros de análise linguística**. Cascavel: Edunioeste, 2007.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 27 de agosto de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 30 de novembro de 2020.